



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/D.A.Press



Moreira Mariz/Agência Senado



Dirigentes do União Brasil querem Flávia Arruda na corrida ao Senado

O União Brasil, partido de José Antônio Reguffe, pode lançar uma chapa puro-sangue para o governo. Um dos nomes cotados para vice é o presidente regional do partido, Manoel Arruda. Advogado, ele nunca disputou eleições. Para alguns dirigentes da legenda, também seria uma boa ideia lançar, na chapa, a deputada Flávia Arruda (PL-DF) como candidata ao Senado. Mas depende de José Roberto Arruda (PL) optar pela Câmara dos Deputados e de Reguffe concordar com essa composição.

Contagem regressiva

A negociação para montagem das chapas chega à reta final. Falta exatamente um mês para o prazo do registro das candidaturas, em 15 de agosto. Está perto, mas nunca esteve tão confuso.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Compromisso desfeito

No almoço com presidentes de partidos, o governador Ibaneis Rocha (MDB) pediu que a deputada Flávia Arruda (PL) apresentasse uma prova de unidade com o projeto de reeleição do atual governo. Ele queria um vídeo com um pronunciamento do ex-governador José Roberto Arruda (PL) expondo seu caminho nestas eleições. A gravação não apareceu, e Ibaneis considerou desfeito o acordo de aliança com Flávia.

Briga entre tribunais de Contas

O ministro Vital do Rego, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou a suspensão de pagamentos com recursos federais para custeio de leitos em hospitais de campanha não usados no DF. A própria Secretaria de Saúde havia tomado a decisão abater 31% do valor do contrato com a empresa Mediall Brasil S/A para manutenção dessas unidades de saúde destinadas a pacientes com covid-19, devido à redução dos casos e à consequente subutilização dos leitos. Mas o Tribunal de Contas do DF acatou uma representação da empresa e mandou pagar o valor integral do contrato, de R\$ 199 milhões. O ministro do TCU, no entanto, acatou a representação do procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas da União, e determinou que o GDF não use recursos federais com esse objetivo.

Keka reclama de tratamento discriminatório em eventos do Lula

A pré-candidata da federação PSol-Rede ao Palácio do Burity, Keka Bagno, sentiu-se desprestigiada pela equipe organizadora do ato com a presença de Lula em Brasília, na última terça-feira, e na reunião do ex-presidente com o setor cultural. No primeiro compromisso, Keka não foi apresentada como candidata da base de Lula. Ela e o pré-candidato do PSB, Rafael Parente, tiveram oportunidade de se pronunciar como representantes dos dois partidos. Na reunião com artistas, Keka entrou, mas a mulher dela, Mariana Ferreira, não teve autorização para participar porque não tinha o nome registrado pela organização. Keka reagiu e brigou: "Se fosse a mulher do Leandro, haveria problema?". Nas redes sociais, Keka reclamou: "Tivemos dois dias intensos com a vinda do futuro presidente Lula. Não deixaram que eu falasse como pré-candidata ao governo. Minha fala foi como representante do PSol. Enquanto eu discursava e a multidão aplaudia, colocaram no telão, atrás de mim, a foto de outro pré-candidato, homem e branco. Quiseram demarcar. Na segunda atividade com o presidente, não quiseram citar minha presença. Mas foram obrigados pela indignação de quem ali estava. A contradição não é minha, não é nossa".

Antonio Cunha/CB/D.A.Press



Cada um na sua

A equipe da campanha do deputado Leandro Grass (PV) disse que os atos públicos do ex-presidente Lula em Brasília foram organizados pela federação PT-PV-PCdoB. E acrescentou: "Quando a federação PSol-Rede promover um ato em apoio a Lula no DF, esperamos que convide nossa federação e nossos candidatos, como nós os convidamos". Como a coluna mostrou, a intenção dos organizadores, em combinação com a campanha de Lula, foi realmente mostrar que os candidatos do ex-presidente são Leandro Grass, ao governo, e Rosilene Corrêa, ao Senado.

Minervino Junior/CB/D.A.Press



De vice a distrital

A ex-deputada Luzia de Paula não será mais candidata a vice na chapa de Rafael Parente. Ela tem chance de puxar votos e se eleger deputada distrital.

Amigos, amigos eleição à parte

Nem tudo é paz e amor. Leandro Grass (PV), Keka Bagno (PSol) e Rafael Parente (PSB) são aliados de Lula, mas adversários na disputa ao Palácio do Burity. Pelo menos, no primeiro turno.

Sem volta

O PSB bateu o martelo na candidatura de Rafael Parente ao governo do DF. Decidiu que não vai esperar mais ninguém. Eles garantem que a única possibilidade de composição com outros partidos a partir de agora é com Parente na cabeça da chapa.

Barbara Cabral/ Esp.CB/D.A.Press



Na política?

No PSB, há defensores de uma candidatura da ex-primeira-dama do DF Márcia Rollemberg para um cargo majoritário. Possivelmente Senado. A veia política de Márcia ficou evidente no governo do marido, Rodrigo Rollemberg, pela posição firme em vários episódios. Mas Rollemberg nunca achou uma boa ideia.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» ENTREVISTA | MARCELLE DOMINGUES TIMOTHY, GINECOLOGISTA E OBSTETRA

Médica ressalta que mães podem ter companhia nos atendimentos em todas as fases da gravidez e alerta para casos de violência no parto

Estar acompanhada é direito da gestante

» RENATA NAGASHIMA

Durante todo o processo de gestação, as mães têm três importantes direitos: ser respeitada, não sofrer violência obstétrica e a contar com um acompanhante — como previsto na Lei nº 11.108/2005.

Diante do chocante caso que envolveu o anestesista Giovanni Quintella, flagrado enquanto estuprava uma mulher durante uma cesariana, a ginecologista e obstetra Marcelle Domingues Timothy explicou algumas das prerrogativas legais das grávidas no Brasil. Ao programa CB.Saúde — parceria

do Correio com a TV Brasília —, a médica enfatizou que elas não precisam ser sedadas ao dar à luz e que podem exigir a presença de alguém de confiança ao passar por qualquer procedimento. Confira os destaques da entrevista, concedida à jornalista Carmen Souza, ontem.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Não podemos deixar de começar com essa história escabrosa, que assustou brasileiros e brasileiras esta semana: o caso de estupro durante um parto, no Rio de Janeiro. Meu convite é para tentarmos orientar parteras, grávidas e acompanhantes em relação aos direitos das gestantes. Vamos começar assim?

Quando vi a notícia, a primeira coisa que me chamou a atenção como ginecologista e obstetra foi que a paciente não estava com acompanhante. É uma garantia. Há uma lei que (diz que) a gestante tem direito a um acompanhante em todo atendimento no hospital ou consultas. Vemos que,

infelizmente, muitas vezes, esse direito não é cumprido. Principalmente em hospitais públicos, porque, geralmente, dão a desculpa de que não há roupa privativa; (de que) não conseguem, por causa de instalações físicas, garantir privacidade para as outras pacientes. Af, a presença de um acompanhante, principalmente do sexo masculino, pode ser invasiva para outras pacientes e, por causa disso, deixa-se de cumprir uma premissa básica, que é esse direito. (...) Outra coisa que chama a atenção é não ser prática sedar a paciente, uma gestante durante a cesárea. Primeiro porque, de toda medicação feita na gestante, a maior parte passa para o

bebê, e isso pode causar um sofrimento fetal quando ocorre antes do nascimento. Geralmente, não sedamos a mãe porque é um momento único para ela: o filho dela está chegando. Então, não queremos que ela esteja dormindo na hora, mas que tenha uma participação ativa no processo. Quando ela é sedada? Às vezes, há uma situação em que ela se sente muito mal, então fazemos a medicação. Mas nunca a ponto de impedi-la de reagir, de amamentar.

Existem situações em que a equipe médica pode tirar o acompanhante da sala de parto por causa de uma emergência? Quais?

Poder, pode. É habitual?

Não. Às vezes, quando há alguma situação de urgência, (quando) alguma coisa não está indo bem ou temos de fazer algum procedimento, para não assustar o acompanhante, às vezes, pedimos para se retirar. Mas tudo isso é informado e tem de ser consentido. Se o acompanhante não quiser sair, ele não é obrigado.

Finalizado o parto, o acompanhante tem direito de permanecer?

Após o nascimento do bebê, geralmente, falamos para o pai ficar mais de olho no bebê. Às vezes, nessa situação, a paciente se encontra sozinha. É bem comum

vermos em sala de cesárea todo mundo cuidando do bebê, olhando para ele, e a paciente fica um pouquinho só. No pós-parto, a paciente fica internada, geralmente, por 48 horas. Nesse momento, também é garantido a ela ter um acompanhante. Ela deve ter alguém o tempo inteiro. Até mesmo por questões emocionais, pois é um momento de vulnerabilidade, e ela pode precisar de ajuda para cuidar de si e do bebê.

A prática de violência obstétrica também ocorre de outras formas. Quais são comuns na sala de parto?

São várias, infelizmente.

Há práticas que nem usamos mais, (como) uma manobra em que se empurra a barriga da gestante para o bebê nascer. Ela é totalmente proscrita. A OMS (Organização Mundial da Saúde) fala para não usar, pelo risco de lesão à criança, lesão de ombro, risco de rotura (rompimento) uterina e de fraturas de costela da mãe também. Outra prática bem comum antigamente e que não se usa mais é a episiotomia — fazer um corte na vagina com o falso intuito de expandir o canal vaginal para a saída do bebê. Isso não é necessário. A musculatura se adapta à saída do bebê, então, não é necessário, pois não previne lacerações graves — quando ocorre a ruptura do tecido. (...) E há as violências verbais. A paciente, geralmente, não é chamada pelo nome. Ela é a "mãezinha". Muitas se incomodam com isso, porque é como se perdessem a identidade por estar naquela situação. Ou, ainda, não compartilhar com a paciente decisões a serem tomadas, por exemplo, a de romper bolsa. (...) De praxe, (para) fazer qualquer procedimento ou toque na gestante, você tem de confirmar se ela quer aquilo. Essas violências são cotidianas, e estamos tentando mudar o cenário obstétrico no Brasil.